PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 733, DE 1998

REDAÇÃO FINAL

**Institui o Fundo dos
Direitos da Criança e do
Adolescente do Distrito
Federal - FDCA-DF.**

A Câmara Legislativa do Distrito Federal decreta:

Art. 1º O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal, criado pela Lei nº 234, de 15 de janeiro de 1992, passa a reger-se pelas disposições desta Lei.

Art. 2º O FDCA-DF tem por objetivo prover de recursos financeiros e meios capazes de garantir, de forma ágil, o financiamento dos programas, projetos e serviços voltados para a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 3º No financiamento de programas dar-se-á prioridade às ações que visem:

I - incentivar o acolhimento, sob forma de guarda, de crianças e adolescentes, órfãos ou abandonados, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal;

II - implantar programas e projetos para as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social e relacionados ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 4º A Secretaria de Governo do Distrito Federal, à qual o FDCA-DF é vinculado administrativa e operacionalmente, é responsável pela sua gestão orçamentária e financeira.

Art. 5º Fica criado o Conselho de Administração do FDCA-DF, nos termos do art. 151, § 4º, III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, composto por Conselheiros do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Distrito Federal - CDCA-DF, assim especificados:

I - o representante da Secretaria de Governo, que o presidirá;

II - o representante da Secretaria de Fazenda e Planejamento;

III - o representante da Secretaria da Criança e Assistência Social;

IV - um representante das organizações de serviços diretos à criança e ao adolescente;

V - um representante das organizações de classe com atuação na área da infância e da adolescência;

VI - um representante das organizações de estudo, pesquisa ou defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 6º São atribuições do Conselho de Administração do FDCA-DF:

I - adotar critérios de aplicação de recursos que privilegiem as prioridades e metas estabelecidas pelo CDCA-DF;

II - acompanhar a execução do Plano de Aplicação do Fundo estabelecido pelo CDCA-DF;

III - acompanhar a arrecadação, a transferência e a aplicação das receitas orçamentárias do Fundo e dos demais recursos arrecadados;

IV - acompanhar o controle escritural das aplicações orçamentárias e financeiras do Fundo;

V - apresentar semestralmente ao CDCA-DF relatório da execução financeira e orçamentária dos recursos do Fundo;

VI - emitir parecer sobre os projetos de financiamento;

VII - fazer cumprir as deliberações do CDCA-DF, observada a disponibilidade de recursos.

§ 1º Sempre que solicitado pelo CDCA-DF, o Conselho de Administração do FDCA-DF prestará contas de suas atividades.

§ 2º O Conselho de Administração do FDCA-DF terá livre acesso aos registros contábeis, aos demonstrativos financeiros e aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios - SIAFEM - relativos aos recursos do Fundo:

§ 3º A estrutura e o funcionamento do Conselho Administrativo do FDCA-DF serão definidos em regimento interno.

Art. 7º Constituem receitas do FDCA-DF:

I - dotações orçamentárias da União e do Distrito Federal;

II - transferências intergovernamentais;

III - transferências de outros fundos;

IV - transferências de recursos financeiros oriundos do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - doações e contribuições feitas por pessoas físicas ou jurídicas;

VI - arrecadação de multas aplicadas por infrações previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII - rendimentos auferidos da aplicação financeira de seus recursos;

VIII - recursos advindos de acordos, contratos, convênios ou outros ajustes celebrados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros;

IX - recursos advindos de campanhas, festas e sorteios;

X - outros recursos que lhe forem destinados, desde que não vedados por lei.

Art. 8º As receitas do Fundo serão depositadas em conta específica no agente financeiro oficial do Distrito Federal.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 1º de dezembro de 1998.